

## Estado e Propaganda Política

Profª Drª Dulce Adélia Adorno-Silva<sup>1</sup>

Professora e Pesquisadora do Centro de Linguagem e  
Comunicação da PUC-Campinas e do IBTA<sup>2</sup>

**RESUMO:** Parte do conceito de Estado, cujas características se modificam conforme o tipo de governo que o assume. Observa como cada um deles consegue legitimidade a partir do uso da comunicação, que se compara nos três tipos de estado: o democrático, o totalitário e o de exceção -, para observar que os meios de comunicação, veiculam a propaganda política, sendo utilizados, portanto, em função da sustentação do poder. Para comprovar sua posição, usa o método dialético. Apóia-se em fatos históricos, que provam que a comunicação alicerça o Estado no exercício do poder, por meio da propaganda, que tem como consequência o controle e a disciplina das massas.

Palavras-chave: Estado; comunicação; propaganda; legitimação e poder

### O Conceito de Estado:

Diariamente ouvem-se comentários sobre o Estado, cuja importância é inegável, porque sentimos que vivemos sob ele, com ele e por ele, ou mesmo, dentro dele a partir de relações que se mantêm, como por exemplo: o pagamento de impostos, o uso de serviços públicos, o usufruto de garantias do direito, etc, embora nem sempre se tenha clareza sobre a definição do que seja Estado. Tem-se consciência de que ele se constitui e se manifesta por meio de atividades participativas que dizem respeito à vida de todos os cidadãos, mas seu fundamento é uma idéia: *Não tendo outra realidade além da conceptual, ele só existe porque é pensado.*<sup>3</sup>

A idéia concebe o Estado em função do exercício de poder, que se realiza por meio de relações entre os que ocupam a posição de mando e os que aceitam obedecer, ou seja, os

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP 03 – Publicidade, Propaganda e *Marketing* do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

<sup>2</sup> Doutora, em 2001, pela UNICAMP em Educação, Sociedade e Cultura – tese: A Mente Controlada (249 páginas); líder do grupo Propaganda, Significação e Sociedade (linha: Comunicação e Sociedade e projeto: Poder, Propaganda e Violência- IC duas orientações: uma concluída, outra em andamento e 5 propostas; Congressos com apresentação de trabalhos: a) internacionais: Colóquio Brasil-França/2004, XIII Colóquio da AFIRSE/AIPELF – e XVII Colóquio – ADMÉE- Europa/2004 – XIV Colóquio da AFIRSE/AIPELF/2006 Universidade de Lisboa; Publicações dos últimos cinco anos em periódicos: 9 artigos científicos (125 páginas); 10 artigos em jornais de Campinas; 1 artigo em revista; 11 participações em eventos.

<sup>3</sup> Georges BURDEAU, O Estado, p. X.

que governam e os que são governados. Nesse sentido, essas relações se evidenciam no dia-a-dia dos cidadãos, cuja vida depende de relações estabelecidas por regras, normas, leis, que eles aceitam e cumprem. Assim, pode-se concluir que o Estado existe por meio de ações regulamentadas pelos que governam, com as quais a maioria concorda e pratica, confirmando portanto a autoridade que as criou.

Antes de continuar a reflexão sobre o que é o Estado, pode-se perguntar qual é sua finalidade. Para responder essa indagação, remete-se à idéia de civilização. Se não existissem as normas, regras e as leis os seres humanos viveriam instintivamente como os animais, não teriam criado e civilização e não a teriam mantido até os dias de hoje. Freud ao conceituá-la, reafirma que ela nos diferencia dos outros animais:

*(...) a palavra 'civilização' descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos.*<sup>4</sup>

O Estado é o responsável pelo ajuste dos relacionamentos entre os homens, por meio dos regulamentos e pela manutenção da civilização. Para que aconteça o ajuste dos relacionamentos, o poder político é imprescindível, visto que relações de mando e de obediência não são suficientes, mas ultrapassam as relações interindividuais, porque se supõe a existência de uma sociedade política, *cujos membros possuem uma consciência comum que lhes sela a participação no grupo*<sup>5</sup>.

O ajuste dos relacionamentos depende do poder político, que se origina da idéia que o grupo tem de uma ordem social desejável. Logo, o Poder precisa estar a serviço de uma idéia, que representa a ordem desejável e cuja efetivação é o *aparelho do poder público organizado de tal modo que a idéia lhe condicione a estrutura, o pessoal e os meios*<sup>6</sup>.

O Poder deve atender a um projeto, cuja institucionalização denomina-se Estado. Assim, a origem do Estado procede da institucionalização do Poder, cujo processo depende de uma série de circunstâncias: o território como patrimônio coletivo e a intervenção do Estado para que os indivíduos aprimorem suas relações com as terras onde vivem; a nação, idéia necessária aos indivíduos que ocupam o território, que se unem pelas tradições, pela

---

<sup>4</sup> Sigmund FREUD, O Mal-Estar na Civilização, p.109

<sup>5</sup> Georges BURDEAU, op.cit., p.4

<sup>6</sup> Idem, ibidem, p.11.

história (lembrança das lutas em comum) a fim de terem coesão social; a segurança ou estabilidade social<sup>7</sup>; a legitimidade que é o Poder fundamentado no direito e que representa o consentimento, ou seja, o reconhecimento, pela maioria, da autoridade instituída; a busca de duração, ou seja a continuidade do Poder; a soberania entendida como poder de decisão e de coordenação que encontra sua justificativa na regra de vida da comunidade.

De todas as circunstâncias enumeradas, que sustentam o Estado, esta análise pretende centrar-se na legitimidade, precisamente no modo como tem sido buscada, principalmente por meio da mídia, a fim de que o Poder alcance coesão social, permanência, segurança dentro do território em que se exerce e fora dele. A partir dos tipos de projeto em que se baseia o Estado: democrático, totalitário ou de exceção, pretende-se fazer reflexão sobre o modo como se busca a legitimidade.

## **O Estado e a Comunicação**

Se o Estado é uma idéia, que se viabiliza por características acima citadas: território, segurança, nação, legitimidade, soberania e duração, para que ele possa se delimitar em território, garantir a segurança dos que lá habitam, ser entendido como nação por sua história e tradições comuns à população, ter permanência e ser soberano, é importante que a idéia que fundamenta o projeto de Estado precisa ser divulgada e reconhecida por todos os cidadãos que o constituem. *O Estado é, para nós, a forma pela qual o grupo se unifica submetendo-se ao direito.*<sup>8</sup> Assim, para que ele perdure, o cidadão precisa compreender a finalidade da ordem estatal, para a qual é fundamental a consciência de uma disciplina, que corresponde à opção consciente pela civilização no sentido como Freud a definiu.

O Estado é um modo de exercício de Poder, pois para viver em sociedade faz-se necessário um conjunto de regras, que orientem o futuro e se imponham aos indivíduos que com elas concordem. Para que o Estado exista, deve haver consenso em relação ao direito, fato que legitima o poder estatal - *O Estado não se limita; nasce limitado.*<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Id., *ibid.*. O Poder deve ser um provedor de tranqüilidade; sua virtude se revela por campos florescentes, negócios prósperos e consciências tranqüilas. P. 23

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p.39.

<sup>9</sup> Id., *ibid.*, p.44.

Se ele depende de consenso, os governantes têm o dever de esclarecer a opinião pública, fazê-la compreender a necessidade de certas medidas, modificá-las quando necessário etc. É primordial ao Estado uma relação contínua entre governantes e governados, visto que o poder<sup>10</sup> consegue dissociá-los. A fim de se conseguir o consenso, ou seja, a expressão da opinião pública em função da legitimidade do poder há necessidade de o Estado colocar-se em processo contínuo de comunicação com os governados. É o meio pelo qual ele garante sua duração, porque resulta de *conjunto de atitudes coletivas “espontâneas” ou de representações compartilhadas por um grupo social*.<sup>11</sup>

Essa visão pressupõe um Estado democrático onde o fluxo de comunicação seja contínuo, descentralizado e com mão dupla de direção. Mas, nem sempre a busca da legitimidade corresponde a um processo democrático..

### **Comunicação e Democracia**

Todos os projetos de Estado (o democrático, o totalitário e o de exceção), ou seja, todos os projetos de instituição de poder, dependem da comunicação para conseguirem legitimidade. A diferença entre eles está no fato de que no Estado Democrático, que se apóia no referendo do povo, a comunicação se realiza como um fluxo de mão dupla de direção. O núcleo do regime democrático é a participação do povo: ele é consultado por meio do sufrágio que expressa a representatividade das correntes da opinião organizada; os debates são estimulados para que o consenso se produza a partir da opinião pública e não, da resposta massiva. Portanto, o poder coloca-se a serviço da maioria e não, de seu próprio interesse, uma vez que o que deve durar é o Estado: a principal instituição em defesa da civilização - e não os representantes do poder.

Contudo, o sufrágio universal não é a única instância de realização democrática: *O direito de voto, apesar de ser uma das mais importantes conquistas operárias do século XIX, pode tornar-se um simples ritual, deixando intacta a estrutura política e social se ele*

---

<sup>10</sup> Gerard LEBRUN O Que É Poder, p.12 -Existe poder quando a potência, determinada por uma certa força, se explica de uma maneira muito precisa. Não sob o modo da ameaça, da chantagem, etc..., mas sob o modo da ordem dirigida a alguém que, presume-se deve cumpri-la. (Weber chama de Herrschaft) e Raymond Aron traduz por *dominação* (Herr = dominus = senhor).

<sup>11</sup> Patrick CHAMPAGNE. *Formar a Opinião: O Novo Jogo Político*, p. 45

não vier acompanhado de outras formas de intervenção política.<sup>12</sup> Como afirma ainda Rosenfield, a democracia pode transformar-se em um simples ritual político, tornando-se um Estado que determina o social, porque atende às massas tão afeitas aos rituais, e não ao cidadão – participante da *polis*.

Para que a democracia se realize de fato, em uma sociedade em que as relações humanas são mediadas pelos objetos, dentre os quais situam-se os meios de comunicação de massa, é fundamental que sejam criadas *novas possibilidades de ação política pela construção de um espaço comum a partir do qual cada um pode determinar-se*<sup>13</sup>, ou seja, a participação no espaço público como na Grécia Antiga continua sendo o núcleo do Estado democrático. No entanto, como a sociedade tornou-se complexa, o espaço público tende a se redefinir em sindicatos, associações etc que garantam o direito ao debate em busca do consenso. Assim, concorda-se com Rosenfield quando analisa a democracia: *seu ser é processual*, porque possui várias formas de liberdade, espaço pluridimensional, pluralidade de discursos, soberania da maioria e soberania das leis, objetividade e permanência das instituições, aceitação do conflito e da discussão<sup>14</sup> e, pode-se acrescentar fluxo de comunicação de mão dupla.<sup>15</sup> Cabe ao Estado democrático garantir o espaço do enfrentamento das diferentes opiniões e não apenas usar os *media* como exposição das opiniões dos representantes eleitos, excluindo da participação política divulgada, todo o restante da população.

Um dos melhores exemplos de comunicação democrática foi dado por F.D. Roosevelt, eleito em 1933, que depois da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, assume o governo dos Estados, encontrando um país em crise.<sup>16</sup> Para a recuperação da economia, propõe o *New Deal*, proposta de governo voltada para a racionalização do Estado e para a modernização da economia e lança mão da gestão da opinião pública para conseguir a credibilidade da população, ou seja, para que fosse construída a legitimidade do governo. Para isso, contratou cerca de um milhão e meio de agentes presidenciais que

---

<sup>12</sup> Denis ROSENFELD, O Que É Democracia, p. 21.

<sup>13</sup> Idem, ibidem, p.32.

<sup>14</sup> Id., ibid., p. 34 - 39

<sup>15</sup> É interessante notar que o autor citado situa a imperfeição, como princípio democrático, p.43 e seguintes, por isso é preciso que seja estabelecido por meio de regras o espaço do enfrentamento das diferentes opiniões.

<sup>16</sup> Armand MATELLART, Comunicação-Mundo: História das Idéias e das Estratégias, p. 94 –99. Os EE.UU. tinham cerca de 13 milhões de desempregados e cerca de 40 bancos faliam por dia.

percorreram o país, levando sua proposta e trazendo informações. Roosevelt também lançou mão de outros meios de comunicação como o rádio e os meios impressos.

Nesse momento, estava em jogo não apenas a permanência do Estado, uma vez que a unidade nacional estava abalada, pois diante da crise econômica, do desemprego a população, sem estabilidade social, não permanece unida em torno do projeto de governo (do Estado). Da mesma forma, a própria soberania americana estava ameaçada, visto que a crise alastrou-se por outros países de quem os EE.UU. eram devedores. Embora com a proposta governamental de recuperação da economia e com o uso da comunicação como estratégia política, o país não tenha conseguido livrar-se totalmente da crise, alcançou a confiança do povo, a crença no Estado.

No Brasil, a democracia esteve ameaçada, diante das denúncias recentes sobre a corrupção no governo, que bem mais exposta à mídia do que as ações governamentais em favor da população, culminaram por disseminar o descrédito ao Estado. Muitas mensagens veiculadas pela Internet, exibiam mensagens que comentavam a Ditadura Militar (1964-1985), cujos comentários eram reiterados pela frase: Que saudade daquele tempo!. Nesse momento, também a soberania nacional esteve sob ameaça, visto que a democracia mostrou-se como o lugar propício à corrupção, o que fez com que não apenas a população descreditasse do Estado democrático, mas a descrença ao nosso regime espalhou-se também por outros países.

Assim, a democracia sustenta-se pela comunicação dialógica que propõe alternativas de respostas aos anseios da população, mas que também acolhe suas críticas e seus novos anseios a partir da comunicação e seus meios, cujo uso deve sempre ser democrático. A oportunidade para o debate é a porta aberta para a formação do consenso, no sentido de que a opinião pública constitui-se um processo que se modifica continuamente. Retoma-se aqui a frase de Jean Paul Sartre: *Penso, logo mudo!* Assim, embora a democracia pressuponha equilíbrio social - o que não significa manutenção permanente do *status quo* - por meio da comunicação ela pode continuamente dialogar com o povo, para que o Estado permaneça, mas em processo de diálogo com a maioria.

Contudo, na maioria das vezes, o poder não utiliza a comunicação<sup>17</sup> em função da democracia, pois torna comuns informações procedentes do poder que exerce desprezando a opinião pública.

### **Comunicação no Estado Totalitário**

Diferentemente do Estado democrático, o totalitário caracteriza-se pelo cerceamento do direito, havendo portanto um desajuste nos relacionamentos entre os homens; o território, patrimônio coletivo fica a mercê do poder instituído; a idéia de nação, em vez de ser aceita pelos indivíduos torna-se imposição, assim tradições e história moldam-se pelo ponto de vista do poder e a coesão social é imposta; a segurança ou estabilidade social atende ao controle e à disciplina imposta; a legitimidade que se fundamenta no direito representa o consentimento apenas da minoria do poder; a duração adquire o caráter da continuidade do Poder sem consulta ao povo; a soberania do Estado não conta com o povo, mas é regra imposta pelo Poder.

O Estado totalitário impõe-se pelo controle, pela força e pela disciplina. Os homens tornam-se força de trabalho tendo em vista a utilidade econômica máxima: *diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, torna os homens dóceis politicamente.*<sup>18</sup> Para que os indivíduos sejam efeitos do poder, o Poder impõe a disciplina e lança mão dos meios de comunicação em função da propaganda massiva para obter coesão social. A legitimidade que se fundamenta no direito é conseguida por meio da propaganda política.

O Estado totalitário suprime a idéia do cidadão participante da polis para situá-lo na massa<sup>19</sup> sobre a qual se impõe pelo poder de polícia, pela abolição do Direito, enfim limita o indivíduo à dominação do poder por meio do terror. Na massa, o indivíduo despoja-se de sua identidade, portanto perde sua individualidade, pois passa a agir em função do todo; também nela as hierarquias sociais são abandonadas, portanto age em função de uma liderança externa. O indivíduo deixa portanto de ser cidadão, que pensa, debate e forma

---

<sup>17</sup> A palavra comunicação significa tornar algo comum e não se refere somente, mas também, aos meios de comunicação.

<sup>18</sup> Michel FOUCAULT, *Microfísica do Poder*, Introdução, p. XVII

<sup>19</sup> O conceito de massa tem como fundamento a obra *Massa e Poder* de Elias Canetti.

opinião para apenas reagir direcionado por uma meta, que no caso do Estado totalitário pode ser personificada na figura de um líder, como foi por exemplo, o caso de Hitler para o movimento nazista.<sup>20</sup>

Na relação do líder com as massas, assim se refere Arendt: *Os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas – e não as classes, (...) nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos(...). Todos os grupos políticos dependem da força numérica,...*<sup>21</sup> A autora aponta como causas da implantação do Estado totalitário, a descrença nos partidos políticos, a inflação, a o desemprego, a perda do interesse do indivíduo por si mesmo, o desprezo pelas regras do bom senso, o que gera o que ela denomina *sociedade atomizada*. Logo, o homem atomizado, isolado e sem relações sociais normais acabam por estabelecerem total identidade com o líder e se alinham em torno dele (da imagem do pai). A fim de que essa relação se solidifique, as massas são conquistadas por meio da propaganda.

A propaganda é o grande móbil do poder totalitário em busca de legitimação ou de consentimento popular para as ações governamentais, assim como em busca da inibição de possíveis reações de oposição. Benito Mussolini, esteve sempre ciente da importância da propaganda: *A propaganda é a minha melhor arma!*<sup>22</sup> Principalmente, ele que depois de uma grande campanha, foi eleito em 1924 com a maioria de quatro milhões de votos contra dois milhões e meio da oposição, compreendida por socialistas, católicos e liberais. As conseqüências de seus atos foram: a censura da imprensa e a presença de atentados políticos que levaram a Itália à concepção de poder totalitário, onde o partido fascista confundia-se com o próprio Estado. O mesmo aconteceu em 1933, na Alemanha, quando o Partido Nacional Socialista consegue o poder.

Segundo Arendt, *a relação entre propaganda e a doutrinação depende do tamanho do movimento e da pressão externa*<sup>23</sup>. Foi exatamente o que ocorreu na Alemanha, quando, por meio da propaganda nazista, o povo judeu passou a representar ameaça à nação alemã; ou durante a Guerra Fria, porque o Ocidente divulgava a idéia da ameaça comunista, da

---

<sup>20</sup> Pode-se citar como exemplo também, o presidente George Bush, que representou para o povo americano, a segurança contra “a ameaça que vem de fora” cf. Canetti. Esclarece-se que a ameaça é o terrorismo.

<sup>21</sup> Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.358.

<sup>22</sup> Paul VIRILIO, *Guerra e Cinema*, p. 126

<sup>23</sup> Hannah ARENDT, *op.cit.* p. 393-394

mesma forma como os árabes foram apresentados pelo poder, via mídia, como ameaça à segurança do povo norte-americano.

No Brasil, não foi diferente, sem durante Vargas<sup>24</sup> e nem durante a Ditadura Militar, que se preocupou com a divulgação das obras do governo pela televisão. No governo Médici, foi notório o empenho em função da participação da seleção brasileira de futebol na Copa do México em 1970 e sua ampla divulgação. O poder interferiu na mudança do técnico da seleção e, depois da vitória, os jogadores, ao retornarem ao Brasil, foram recebidos com honras de chefes de estado. A propaganda das obras faraônicas (a construção da Rodovia Transamazônica, do Sistema Hidrelétrico de Itaipu, etc) do regime ditatorial alcançou a simpatia da classe média brasileira, portanto o poder que se instituiu e não contava com o apoio popular, tornou-se legítimo apesar do projeto totalitário.

Pela propaganda, o poder, como afirma Michel Foucault, disciplina os indivíduos da massa por meio do controle, a fim de se sustentar no poder. A duração do Estado totalitário não se faz por meios democráticos: o sufrágio, o debate e o consenso, mas por meio da propaganda. Nele, o fluxo da comunicação possui uma única mão de direção, anulando qualquer divergência política ou a possibilidade de existência, o pluralismo é anulado, o debate não é permitido e o consenso não resulta das oposições mas do direcionamento da informação, para a qual não se admite contestação. Só ao poder é permitido o espetáculo na mídia.

Passa-se a seguir à abordagem sobre o Estado de exceção, que, embora não apresente muitas diferenças em relação ao totalitário, ele se caracteriza por acirramentos de posições, com abolição total do Direito, visto que muitas de suas características se vêem ameaçadas.

## **Comunicação no Estado de exceção**

---

<sup>24</sup> No Brasil, Getúlio Vargas usa massivamente a propaganda para legitimação do poder. Assumiu o governo em 1930 e, em 1931, começa a preocupar-se com o rádio, como veículo de publicidade e propaganda (Decreto-Lei nº 21.111 de 1º de março de 1932). Cria o programa Hora do Brasil, veiculado pelo rádio, o qual juntamente com a imprensa fica submetido à censura, com a implantação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em 27/12/1939. Isso se deveu ao fato de o locutor César Ladeira ter transmitido o noticiário da Revolução de 1932.

O Estado de exceção comparado ao totalitário, apresenta as mesmas características mas possui um fechamento maior, visto que o direito fica tolhido. Apresenta total desajuste nos relacionamentos entre os homens, que se sentem ameaçados como um todo; o território é o lugar que pode ser invadido pelo inimigo; a idéia de nação fica abalada, pois se configura a possibilidade de perda das tradições e da história, que são usadas internamente apenas em função da legitimação do poder interno, porque a coesão social é imposta pela propaganda de guerra; a estabilidade também é abalada e a segurança desaparece; a legitimidade que corresponde ao consentimento da maioria é substituída pela busca da unidade nacional, por meio da propaganda, em função da sustentação da violência.

Diferentemente do totalitarismo, que apesar do terror instituído, mantém a unidade nacional e preserva a soberania, o Estado de exceção têm sua soberania ameaçada, diante da possibilidade de ocupação de seu território pelo inimigo (como é o caso, por exemplo do Iraque, no momento atual). Logo, suas características não podem ser compreendidas no plano do direito, porque esse tipo de Estado se apresenta como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. Assim, para justificar ações que infringem regras sociais como: Não matará! – legitimam-se por quaisquer meios, lançando mão de mentiras e/ou meias verdades.

Nenhum tipo de Estado sobrevive sem a comunicação, mas o que diferencia cada um é o processo comunicativo, uma vez que, nos dois últimos tipos analisados, a informação sob controle, vem a público em função dos interesses do Poder, pois busca o apoio da massa, para sustentar-se. Assim, tem sido nas guerras, quando o fluxo de comunicação é unidirecional e pede resposta imediata. A sociedade circula em torno do poder, ao qual dá consentimento, visto que se acha abalado pela ameaça que vem de fora. Portanto, o inimigo é comum a toda a nação favorece a coesão social. Se a população se torna mais coesa, fica mais receptiva à comunicação unidirecional e passa a agir como a massa (une-se em torno de uma meta: derrotar o inimigo comum).

Desde a Primeira Grande Guerra, a propaganda dos Aliados foi planejada pelo Comitê Creel, cujo objetivo era *vender a guerra ao público americano e vencer a reticência dos pacifistas*.<sup>25</sup> Desde então, a exposição de imagens censuradas ou a seleção ardilosa de textos informativos para divulgação, a fim de conquistar a opinião pública foram

---

<sup>25</sup> Armand MATTELART. Comunicação-mundo: História das Idéias e das Estratégias, p.62

desencadeadas. Logo, a comunicação é fluxo com apenas uma direção, impulsionada para controle, exigindo disciplina conivente com a violência, cujo exercício pela comunicação faz outra vítima: a consciência humana -, pois, sem a verdade, a maioria da população fica impedida de pensar sobre os acontecimentos, ou seja, sobre a própria realidade, a fim de tomar decisões.

O mesmo ocorreu em outras guerras, quando o controle da informação tornou-se prioridade para o poder, cuja intenção é busca de consenso, ou seja, conquista da opinião pública. Assim, a censura da informação elimina o risco de perda da unidade nacional, como aconteceu com o governo americano por ocasião da Guerra do Vietnã, quando jornalistas, como Peter Arnett, conseguiram ludibriar o controle da informação, divulgando tantas vezes a verdade. Essa atitude de lisura profissional levou milhares de americanos a protestarem contra a guerra.

Por outro lado, esse fato levou à mutação do fluxo de comunicação de acontecimentos reais para a exposição na mídia de fatos virtuais, como se a guerra pertencesse ao universo da ficção, ou do entretenimento, ou da virtualidade. A comunicação continua a propiciar a legitimidade do poder, mas por meio do *show* de visibilidade da guerra exibido nas telas da televisão, que comprova a substituição da órbita anatômica da visão pelas retinas artificiais da tecnologia. Comunicar não mais significa tornar comum as informações, trocá-las, mas pela visibilidade tecnológica apenas recebê-las.

### **Conclusão:**

A propaganda dos regimes: totalitário e de exceção - torna evidente o aniquilamento, dentre outros, do direito de expressão que, na democracia garante não a reação massiva, mas o debate, a divergência de opiniões, em busca do consenso. Observou-se que a democracia deve garantir espaços para o exercício da liberdade de pensamento, locomoção, divergências, enfim para o pluralismo, diferentemente dos outros dois tipos de Estado que carregam em seu âmago apenas a busca da legitimação direcionada para a sustentação e permanência no poder.

Se a democracia atualmente está cada vez mais se tornando uma utopia, visto que os meios de comunicação são utilizados de modo unidirecional em função do poder instituído

ou contra ele, faz-se necessário que aqueles que não aceitam a propaganda política, tomem posição em relação à manipulação, para que o poder não se apresente por meio da propaganda nos veículos de comunicação, apenas como espetáculo que convence as massas. Importa pois que a sociedade não seja apenas dependente do sistema de mídia, mas que oportunidade de retomar em qualquer tipo de comunicação, a oportunidade do diálogo, do debate e da opinião.

## **Bibliografia**

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Trad. Roberto Raposo.

\_\_\_\_\_ *Verdade e Política*; trad. Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1995

BURDEAU, Georges. *O Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Trad.: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão.

CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. Trad. de Rodolfo Krestan. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Melhoramentos, 1986.. 531p..

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder* (12ª ed.) . Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FREUD, Sigmund *O Mal-Estar na Civilização* (1927-1931) in *Obras Psicológicas*

Completas (em Colaboração com Anna Freud). Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Trad. de Flávio R. Kothe.

Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397p.

LEBRUN, Gerard *O Que É Poder* (Col. Primeiros Passos 24) S.Paulo: Brasiliense, 1999

MATTELART, Armand. *Comunicação-Mundo: História das Idéias e das Estratégias* (Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira) Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

ROSENFELD, Denis L. *O Que É Democracia*. (Coleção Primeiros Passos; 219) São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

VIRILIO, Paul. *Guerra e Cinema*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1993. Trad.

Paulo Roberto Pires.